



vItalia		Solar Arinos S.A. - CNPJ/MF: 45.811.887/0001-36	
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DE 26 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Balancos patrimoniais		Demonstração da mutação do patrimônio líquido	
	Contro- ladora 2022	Conso- lidado 2022	
Ativo	Nota		
Circulante		616	6.977
Caixa e equivalente de caixa	4	529	6.875
Outros ativos		16	17
Contas a receber - Partes relacionadas		71	85
Não circulante		48.325	43.489
Investimentos	5	48.325	-
Intangível	6	-	43.489
Total do ativo		48.941	50.466
Passivo		41	1.566
Circulante		2	894
Fornecedores		-	501
Contas a pagar - Partes relacionadas	7	-	132
Obrigações fiscais e trabalhistas		39	39
Outros passivos		-	-
Não circulante		39	39
Total do passivo		41	1.566
Patrimônio líquido	9	48.900	48.900
Capital social		36.101	36.101
AFAC		13.000	13.000
Prejuízo acumulado		(201)	(201)
Total do passivo e patrimônio líquido		48.941	50.466
Demonstração dos resultados			
	Contro- ladora 26/01/2022 a 31/12/2022	Conso- lidado 26/01/2022 a 31/12/2022	
Resultado bruto	10	-	(163)
Despesas operacionais		-	(163)
Despesas administrativas	10	(5)	(21)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(84)	(39)
Resultado operacional		(89)	(223)
Despesas financeiras		(204)	(231)
Receitas financeiras		92	319
Resultado financeiro	11	(112)	88
Prejuízo antes do IR e CS	12	(201)	(135)
IR e CS		-	(66)
Prejuízo do período		(201)	(201)
Prejuízo por ação - Em reais		0,00	0,00
Demonstração do resultado abrangente			
	Contro- ladora 26/01/2022 a 31/12/2022	Conso- lidado 26/01/2022 a 31/12/2022	
Prejuízo do período		(201)	(201)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do período		(201)	(201)
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas de 26/01 a 31/12/2022			
1 Informações gerais: A Solar Arinos S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 28/01/2022, através da subscrição de ações das empresas Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Voltalia S.A., tem sede administrativa na Fazenda Mascarada, KM 25,35, Rodovia Arinos - Januária, CEP 38680000, no Município de Arinos, Estado de Minas Gerais. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica e, por meio de sua controlada e coligadas (conjuntamente, o "Grupo"), efetua a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte solar desenvolvido no parque solar denominado Arinos. A atividade da Companhia é garantida e, quando necessário, financiada por seus acionistas. Em 31/12/2022 as participações societárias diretas são as seguintes:			
Empreendimento			
		% Participação	
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.		100%	
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.		0,37%	
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.		0,37%	
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.		0,37%	
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.		0,37%	
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.		0,37%	
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.		0,37%	
Autorização da Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.: A Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Arinos 3 foi outorgada à Voltalia Energia do Brasil Ltda., sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, nos termos das Resoluções Autorizativas nº 10.1701 de 15/06/2021 e transferida para sua Companhia em 05/07/2022 através das Resoluções Autorizativas 12.257/2022, respectivamente. De acordo com suas resoluções autorizativas, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 15/06/2021. Autorização da Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.: A Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Arinos 5 foi outorgada à Voltalia Energia do Brasil Ltda., sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, nos termos das Resoluções Autorizativas nº 10.1722 de 15/06/2021 e transferida para sua Companhia em 05/07/2022 através das Resoluções Autorizativas 12.258/2022, respectivamente. De acordo com suas resoluções autorizativas, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 15/06/2021. Autorização da Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.: A Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Arinos 6 foi outorgada à Voltalia Energia do Brasil Ltda., sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, nos termos das Resoluções Autorizativas nº 10.1733 de 15/06/2021 e transferida para sua Companhia em 05/07/2022 através das Resoluções Autorizativas 12.259/2022, respectivamente. De acordo com suas resoluções autorizativas, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 15/06/2021. Autorização da Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.: A Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Arinos 7 foi outorgada à Voltalia Energia do Brasil Ltda., sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, nos termos das Resoluções Autorizativas nº 10.1744 de 15/06/2021 e transferida para sua Companhia em 05/07/2022 através das Resoluções Autorizativas 12.260/2022, respectivamente. De acordo com suas resoluções autorizativas, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 15/06/2021. Autorização da Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.: A Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Arinos 18 foi outorgada à Voltalia Energia do Brasil Ltda., sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, nos termos das Resoluções Autorizativas nº 10.1855 de 15/06/2021 e transferida para sua Companhia em 05/07/2022 através das Resoluções Autorizativas 12.261/2022, respectivamente. De acordo com suas resoluções autorizativas, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 15/06/2021. Autorização da Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.: A Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Arinos 19 foi outorgada à Voltalia Energia do Brasil Ltda., sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, nos termos das Resoluções Autorizativas nº 10.1866 de 15/06/2021 e transferida para sua Companhia em 05/07/2022 através das Resoluções Autorizativas 12.262/2022, respectivamente. De acordo com suas resoluções autorizativas, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 15/06/2021. Autorização da Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.: A Central Geradora Fotovoltaica (UFV) Arinos 20 foi outorgada à Voltalia Energia do Brasil Ltda., sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, nos termos das Resoluções Autorizativas nº 10.1877 de 15/06/2021 e transferida para sua Companhia em 05/07/2022 através das Resoluções Autorizativas 12.263/2022, respectivamente. De acordo com suas resoluções autorizativas, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 15/06/2021. 2 Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, aprovado pelo CFC (NBC TG 36 - R2) e abrangem a Controladora e sua controlada, conforme apresentado em Nota 1. As principais práticas de consolidação adotadas são as seguintes: • Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada; e • Eliminação dos saldos das contas			
2.2 Bases de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requerem que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: 2.5 Demais políticas contábeis: As demais políticas contábeis estão descritas detalhadamente na Nota 13. 2.6 Demonstração dos resultados abrangentes: A Companhia e sua controlada não possuem outros resultados abrangentes além do resultado do período, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos Resultados Abrangentes. 3 Gerenciamento de riscos. 3.1 Riscos regulatórios: A atividade da Companhia e de sua controlada, assim como a atividade de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.			
4 Caixa e equivalentes de caixa			
	Contro- ladora 2022	Conso- lidado 2022	
Caixa e bancos		1	15
Aplicações financeiras		528	6.860
		529	6.875
As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) com liquidez imediata. Os CDBs são títulos de renda fixa cuja rentabilidade foi de 99% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's. 5 Investimentos: Os detalhes das subsidiárias da Companhia estão demonstrados a seguir:			
Companhias			
	Ações Ordinárias	% Parti- cipação	
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	70.000.000	100%	
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	49	49	0,37%
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	49	49	0,37%
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	49	49	0,37%
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	49	49	0,37%
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	49	49	0,37%
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	49	49	0,37%
Abaixo, as principais informações financeiras das empresas investidas:			
	Capital Social	Ativos Totais	Passivos (Circulante e Não Circulante)
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	100%	49.852	1.527
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	0,37%	-	-
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	0,37%	-	-
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	0,37%	-	-
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	0,37%	-	-
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	0,37%	-	-
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	0,37%	-	-
Total Investimento		49.852	1.527
A movimentação do investimento no período de 2022 é a seguinte:			
	2021	2022	
Companhias			
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	-	48.370	(45)
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	-	-	(7)
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	-	-	(7)
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	-	-	(7)
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	-	-	(6)
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	-	-	(6)
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	-	-	(6)
Total		48.370	(84)
6 Intangível: O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos históricos pela controlada até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia solar, no município de Arinos, antes do início da construção do parque. A movimentação do intangível no período é a seguinte:			
	2021	2022	
Companhias			
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	-	48.370	(45)
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	-	-	(7)
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	-	-	(7)
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	-	-	(7)
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	-	-	(6)
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	-	-	(6)
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	-	-	(6)
Total		48.370	(84)
7 Partes relacionadas			
	Contro- ladora 2022	Conso- lidado 2022	
Circulante			
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	3	-	-
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	11	-	14
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	12	-	14
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	11	-	14
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	11	-	14
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	11	-	14
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	12	-	15
Solar Arinos S.A.	-	-	-
Voltalia Energia do Brasil Ltda.	-	-	501
Total circulante		71	85
Total		71	85
8 Contingências: A Companhia e sua controlada não possuem ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias, trabalhistas ou cíveis. 9 Patrimônio líquido. 9.1 Capital social: Conforme AGE datada de 26/01/2022, foi autorizado pelas acionistas Voltalia Energia do Brasil Ltda. e Voltalia S.A. a emissão de 100 ações no valor de R\$ 100,00, ações ordinárias sem valor nominal, com preço de emissão de um real cada, sendo 99 ações no valor de R\$ 99,00 para Voltalia Energia do Brasil e 1 ação no valor de R\$ 1 para Voltalia S.A. Conforme AGE datada de 04/04/2022, os acionistas aprovam, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia em R\$ 700,00, passando o capital social da Companhia de R\$ 100,00 para R\$ 800,00, mediante a emissão de 700 de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 cada. O aumento do capital social da Companhia foi totalmente subscrito e integralizado de acordo com a verbalização das SPEs de Arinos 3 e 20 e foi feita a transferência das ações as Voltalia S.A. para a Voltalia Management International B.V. Conforme AGE datada 28/06/2022 ocorreu o aumento de capital R\$ 10.000.000,00, passando o capital social da Companhia de R\$ 800,00 para R\$ 10.000.800,00, mediante a emissão de 10.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 cada. Todas as ações foram subscritas e integralizadas pela acionista Voltalia Management International B.V. e Voltalia Energia do Brasil renunciou o direito de preferência de subscrição de novas ações. Conforme AGE datada 24/10/2022 ocorreu o aumento de capital R\$ 26.099.999,00, mediante a emissão de 26.099.999 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 cada. Todas as ações foram subscritas e integralizadas pela acionista Voltalia Management International B.V. e Voltalia Energia do Brasil renunciou o direito de preferência de subscrição de novas ações. O capital social da Companhia em 31/12/2022 é de R\$ 36.100.007 conforme descrito abaixo:			
	Quantidade de ações	%	Valor
Voltalia Energia do Brasil LTDA	792	0%	792
Voltalia Management Internacional B.V.	36.100.007	100%	36.100.007
Total	36.100.799	100%	36.100.799
9.2 Destinação do lucro: As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos			
10 Custos e despesas por natureza			
	2021	2022	
Companhias			
Usina Solar Arinos 3 SPE S.A.	-	48.370	(45)
Usina Solar Arinos 5 SPE S.A.	-	-	(7)
Usina Solar Arinos 6 SPE S.A.	-	-	(7)
Usina Solar Arinos 7 SPE S.A.	-	-	(7)
Usina Solar Arinos 18 SPE S.A.	-	-	(6)
Usina Solar Arinos 19 SPE S.A.	-	-	(6)
Usina Solar Arinos 20 SPE S.A.	-	-	(6)
Total		48.370	(84)
11 Resultado financeiro			
	Contro- ladora 26/01/2022 a 31/12/2022	Conso- lidado 26/01/2022 a 31/12/2022	
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		97	324
Tributos sobre receita financeira		(5)	(5)
Total		92	319
Despesas financeiras			
IOF		(201)	(204)
Outras despesas financeiras		(3)	(27)
Total		(204)	(231)
Total de resultado financeiro		(112)	88
12 Imposto de renda e contribuição social: No ano de 2022 a Companhia apurou seu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelo método do Lucro Real, sendo que não houve resultado tributável em 2022. No ano de 2022, a controlada da Companhia apurou seu Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelo método do Lucro Presumido.			
	Contro- ladora 2022	Conso- lidado 2022	
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(201)	
Alíquota nominal		34%	
Total		68	
Resultado de equivalência patrimonial (34%)		(29)	
Impostos diferidos não constituídos		(39)	
Despesa de IRPJ e CSLL		-	
Alíquota efetiva		-	
Total		(66)	
13 Seguros: Os seguros contratados seguem a política da sociedade no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da controlada da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das placas solares.			
	Término da Importância vigência	segurada	
Apólice			
Risco de engenharia - FAIRFAX	31.12.2024	210.000	
Responsabilidade civil geral - HDI GLOBAL	31.12.2023	161.000	
Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação do risco e das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia. 14 Principais práticas contábeis adotadas. 14.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa. 14.2 Intangível. 14.2.1 Ativos Intangíveis separadamente adquiridos: Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 14.2.2 Ativos Intangíveis internamente gerados: Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas: • Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja			
Demonstração do fluxo de caixa			
	Contro- ladora 26/01/2022 a 31/12/2022	Conso- lidado 26/01/2022 a 31/12/2022	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do IR e CS		(201)	(135)
Ajustes por			
Resultado em equivalência patrimonial		84	-
Aumento/diminuição em ativos e passivos			
Outros ativos		(16)	(17)
Contas a receber - partes relacionadas		(71)	(85)
Fornecedores		2	894
Obrigações fiscais e trabalhistas		-	71
Contas a pagar - Partes relacionadas		-	501
Outros passivos		-	39
Recursos (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais		(202)	1.268
IR e CS pagos		-	(5)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais		(202)	1.263
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de intangível		-	(43.489)
Aquisições de investimentos		(48.370)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento		(48.370)	(43.489)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		13.000	13.000
Aumento de capital social		36.101	36.101
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades de financiamento		49.101	49.101
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		529	6.875
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	-
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa no fim do período		529	6.875
Transações que não afetam o caixa			
Verticalização - Societária		39	-
Aquisição (baixa) de intangível		-	6.424
disponibilizado para uso ou venda; • Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; • Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros; • Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; • Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável. 14.2.3 Baixa de ativos intangíveis: Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. 14.3 Redução ao valor recuperável (impairment). 14.3.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e sua controlada sobre condições de que a Companhia e sua controlada não aceitariam em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou de desaparecimento de um mercado ativo para o título. 14.3.2 Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e			

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia e sua controlada apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia e sua controlada esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício. Em 31/12/2022, a Companhia não registrou imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo. A Companhia realizará estudos de resultados tributável para os próximos exercícios para determinar a possibilidade. **14.6 Outros ativos e passivos:** Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e sua controlada possuírem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **14.7 Instrumentos financeiros:** A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 01/01/2018, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, entre outras mudanças que não impactaram a Companhia e sua controlada

de forma significativa. De acordo com a IFRS 9, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e sua controlada, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Até 31/12/2022, a Companhia e sua controlada não possuíam nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado. **14.8 Novos pronunciamentos em vigor a partir de 01/01/2022:** As alterações de normas para os exercícios iniciados em 01/01/2022 foram as seguintes: **• Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato** (alterações no IAS 37/CPC 25): Alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **• Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido** (alterações no IAS 16/CPC 27): Alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **• Referências à Estrutura Conceitual** (alterações na(o) IFRS 3/CPC 15 (R1)): As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades

apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. **• IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. **• IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros** (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros): A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. **• IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo** (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola): A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos. **14.9 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **• Alteração do IFRS 4 "Contratos de Seguros":** Em maio de 2017, o IFRS 17 foi emitido como substituto do IFRS 4, o qual requer um modelo de mensuração atual onde as estimativas são remensuradas em cada exercício de relatório. A norma permite a escolha entre o reconhecimento de mudanças nas taxas de desconto na demonstração do resultado ou diretamente em outros resultados abrangentes. Em julho de 2020, uma série de alterações foram feitas, de modo a facilitar a aplicação da norma, além de terem adiado a efetiva aplicação da norma para janeiro de 2023.

• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do exercício. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2023. **• Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao exercício atual. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. **• Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. **• Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Ricardo César Gonçalves - CRC: RJ 109.527/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Solar Arinos S.A.** Arinos - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Solar Arinos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 26 de janeiro a 31/12/2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solar Arinos S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa no período de 26 de janeiro a 31/12/2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração da

Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e de sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante,**

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; **• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.**
Rio de Janeiro, 23 de maio de 2023
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1
Ana Cristina Linhares Aroesa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9048-1AA4-5543-A8DE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9048-1AA4-5543-A8DE



Hash do Documento

gWpW4peA7k52kMF3YT5lvtvA/yHaJC0IX1Kx3pjl3s=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/06/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 07/06/2023 22:25 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

